

## O “terrível mal do Oriente” nas terras capixabas: a cólera, o medo e a morte (1855-1856)

### RESUMO

Este artigo investiga, nas páginas do jornal Correio da Victoria, primeiro periódico de circulação regular na Província do Espírito Santo, em edições da década de 1850, nas correspondências do governo provincial e no livro do memorialista Padre Antunes Siqueira, as atitudes da população local diante do pavor e do medo provocados pela cólera, assim como, as providências tomadas pelo governo provincial frente à epidemia. Tal doença, além de provocar grande comoção e temor, proporcionou significativas transformações nos costumes referentes aos cuidados dos doentes e nos procedimentos dedicados aos falecidos. Por meio das fontes pesquisadas, mostrou-se possível observar o quanto a enfermidade alterou os modos de ser e de agir da comunidade capixaba e causou uma série de receios e pânicos diante da sua chegada e alastramento. Para isso, trouxemos um breve histórico sobre a doença e suas consequências no oitocentos e verificamos, nas fontes analisadas, as demonstrações das sensações por ela provocadas; as recomendações indicadas; os medicamentos prescritos, quer pela medicina douta e pela medicina popular; qual estrato social foi mais atingido pela doença e o quantitativo de mortos.

**Palavras-chave:** Morte; Imprensa; Cólera; Medo; Espírito Santo.

\* Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. É Professor Titular da Universidade Federal do Espírito Santo onde atua no Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas. Atualmente é também professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré. CV: <http://lattes.cnpq.br/9537169486446367>

\*\* Doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). É funcionária efetiva do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) na área de Assessoria de Comunicação. É editora gerente da Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. CV: <http://lattes.cnpq.br/4804457533824959>

## The “terrible evil from the East” in the lands of Espírito Santo: cholera, fear, and death (1855-1856)

### ABSTRACT

This article investigates the attitudes of the local population of de Province of Espírito Santo in the face of the terror and fear caused by cholera (1855-1856), as well as the measures taken by the provincial government in response to the epidemic. The research that gave rise to the article uses the pages of the newspaper “Correio da Victoria,” the first regularly circulated periodical in the province, in editions from the 1850s; the correspondence of the provincial government; and the book by the memorialist Priest Antunes Siqueira. In addition to causing great commotion and fear, this disease brought about significant changes in customs related to the care of the sick and the procedures dedicated to the deceased. Through the researched sources, it was possible to observe how the illness altered the ways of being and of acting from the part of the provincial community and caused a series of fears and panics with its arrival and spread. To achieve this, we provided a brief history of the disease and its consequences in the nineteenth century and, in the analyzed sources, examined: the manifestations of the sensations the disease caused, the recommended precautions, the prescribed medications, both by learned and popular medicine, and also investigated which social stratum was most affected by the disease as well as the amount of deceased people.

**Keywords:** Death; Press; Cholera; Fear; Espírito Santo.

## El “terrible mal del Oriente” en las tierras capixabas: el cólera, el miedo y la muerte (1855-1856)

### RESUMEN

Este artículo investiga, en las páginas del periódico *Correio da Victoria*, el primer periódico de circulación regular en la Provincia de Espírito Santo, en ediciones de la década de 1850, en las correspondencias del gobierno provincial y en el libro del memorialista Padre Antunes Siqueira, las actitudes de la población local frente al pánico y el miedo provocados por el cólera, así como las medidas tomadas por el gobierno provincial frente a la epidemia. Esta enfermedad, además de causar una gran conmoción y temor, provocó transformaciones significativas en las costumbres relacionadas con el cuidado de los enfermos y en los procedimientos dedicados a los fallecidos. A través de las fuentes investigadas, fue posible observar cuánto la enfermedad alteró las formas de ser y actuar de la comunidad capixaba y generó una serie de temores y pánicos ante su llegada y propagación. Para ello, presentamos un breve historial sobre la enfermedad y sus consecuencias en el siglo XIX, y verificamos, en las fuentes analizadas, las manifestaciones de las sensaciones que provocó; las recomendaciones indicadas; los medicamentos recetados, tanto por la medicina docta como por la medicina popular; qué estrato social fue más afectado por la enfermedad y la cantidad de fallecidos.

**Palabras clave:** Muerte; Prensa; Cólera; Miedo; Espírito Santo.



Entre 1855 e 1856 uma epidemia avassaladora tomou conta do Brasil, percorrendo de norte a sul o país, vitimando mais de 200 mil pessoas, número provavelmente maior, em razão das subnotificações. Se considerarmos que a estimativa da população brasileira em 1850 era próxima a 8 milhões de pessoas, teriam morrido vítimas da cólera cerca de 2,5% dos habitantes (Botelho, 2021). A doença espalhou pânico, medo e morte por onde passou. Provocou desorganização e consequências dramáticas para a economia, devido a perda de braços na lavoura – principal atividade econômica do Brasil naquele momento, além do desabastecimento, da fome e da carestia, que atingiram principalmente a população mais empobrecida. As mortes atingiram sobretudo a população negra entre escravizados e libertos devido às suas condições mais precárias de moradia e higiene, falta de tratamento médico, execução de trabalhos mais intensos e alimentação precária em quantidade, variedade e proteínas, como bem pontuou Julita Scarano (2002), ao se referir à vida dos escravizados e seus descendentes no Brasil.

A epidemia, além de provocar estragos na economia, causou uma série de medos e temores, modificando padrões de comportamento da sociedade em relação à morte e aos rituais funerários. A proposta deste artigo é evidenciar como foi a passagem da epidemia de cólera na Província do Espírito Santo, entre 1855 e 1856, destacando aspectos sobre o pavor do adoecimento e da finitude. Para tanto, utilizamos como fonte o *Correio da Victoria*,<sup>1</sup> único jornal existente na Província do Espírito Santo daquele momento, incluindo as mensagens de presidente de província, o livro de um memorialista e as correspondências recebidas e expedidas do governo provincial entre 1855 e 1856. Embora saibamos que os jornais representem um poderoso instrumento de “manipulação de interesses e intervenção da vida social e encontram-se sempre atrelados a inúmeros interesses políticos, econômicos, culturais, etc” (Piccoli, 2009, p. 13), consideramos que essa é uma fonte rica para análise do tema, por que inquestionavelmente estes tinham “um papel importante na veiculação de matérias que retratavam a sociedade” (Machado, 2006, p. 143).

O jornal permite-nos, como aponta Sebastião Pimentel Franco (2015, p. 25), “investigar a vida cotidiana da sociedade, [nele] podemos visualizar, além das cenas do cotidiano, as atividades comerciais, os valores, a política”. A escolha do jornal como fonte privilegiada para a produção deste texto deu-se, conforme pontua Maria Helena Rolim Capelato (1988), em razão de possibilitar-nos acompanhar as ideias na época pesquisada, pois este tipo de fonte permite-nos

*o confronto das falas, que exprimem ideias e práticas, permite ao pesquisador captar, com riqueza de detalhes, o significado da atuação de diferentes grupos que se orientam por interesses específicos. [...] Os jornais oferecem vasto material para o estudo da vida cotidiana. Os*

<sup>1</sup> Segundo Jória Motta Scolforo (2011), no Espírito Santo, a primeira tipografia surgiu no ano de 1840, sob a propriedade do alferes e deputado provincial, Ayres Vieira de Albuquerque Tovar, em seu terceiro mandato, e nela se publicou o “Estafeta”, do qual circulou apenas o número inaugural. O contrato foi assinado pelo prazo de 10 anos, sendo que seria repassado ao Governo o quantitativo de 120 exemplares. Porém, o projeto não foi adiante. Desgostoso por ter sido acometido por uma enfermidade, Tovar paralisou a tipografia, falecendo de tuberculose no ano seguinte. Em 1848, ela foi vendida pela viúva de Aires, chamada Sr.<sup>a</sup> Córdula, a Pedro Antônio Azeredo, que no ano seguinte, em 1849, fundou o *Correio da Victoria*.

*costumes e práticas sociais, o folclore, enfim, todos os aspectos do dia-a-dia estão registrados em suas páginas (Capelato, 1988, p. 34).*

Sabemos dos percalços que este tipo de fonte oferece aos historiadores, como bem aponta Tania Regina de Luca, ao afirmar que a

*escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero ‘veículo de informações’, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere (de Luca, 2006, p. 111).*

Tal como a autora acima recomenda, ao nos debruçarmos sobre a fonte (periódico), levamos em consideração a subjetividade de quem escreve, pois, a imprensa periódica escolhe, ordena estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público (De Luca, 2006). Seguindo recomendação de Marialva Barbosa (2007, p. 104), buscamos por meio da leitura “perceber os significados plurais dos textos que circulavam na sociedade e como os leitores se relacionavam com esses textos”. Nesse sentido, buscamos ainda, verificar quem eram os donos e redatores dos periódicos, destacando algumas das principais características das publicações, a forma pela qual as informações eram transmitidas e ainda, as estratégias buscadas pelo periódico para buscar um público mais amplo.

Convém destacar que no período da ocorrência da cólera na Província do Espírito Santo, entre 1855 e 1856, só existia o jornal *Correio da Victoria*, cuja primeira tiragem circulou em 17 de janeiro de 1849. Segundo Jória Motta Scolforo, era “um jornal de pequeno formato no qual eram publicados os atos oficiais do Governo. O periódico era de propriedade e redação de Pedro Antônio de Azevedo e rodado na tipografia “Capitaniense”. O jornal mantinha correspondente no Rio de Janeiro e a tiragem era bissemanal” (2011, p. 65).

O uso do memorialista Padre Antunes Siqueira, por sua vez, deu-se em razão de que este viveu a epidemia de cólera que assolou a província do Espírito Santo, entre 1855 e 1856. Conforme nos demonstra Sandra Jatahi Pesavento (2000), há muitos pontos de intercessão entre História e Memória, um deles seria que, assim como a narrativa histórica necessita do narrador para expor os fatos que ouviu, viu e pesquisou, a literatura precisa do narrador para apresentar os fatos narrados. Natalie Davis (1997), compactua com Pesavento (2000), ao afirmar que o historiador sempre recorre à imaginação quando de sua escrita da História, relacionando fatos/fontes que são narrados, trabalhando com a verossimilhança, uma vez que não há como reproduzir a realidade passada, mas apenas “transportar para o papel” – ou seja, narrar – aquilo que já foi vivido, experienciado. Cabe ressaltar, entretanto, que as citadas historiadoras nos alertam que o uso da imaginação (literatura) na escrita da História deva ser limitado, uma vez que matizado pelos métodos próprios à História, dentre os quais se destaca a importância das “fontes”. Segundo Pesavento, a ficção no texto histórico “é controlada pelo arquivo, pelo documento, pelo caco e pelos traços do passado que chegam até o presente” (Pesavento, 2000, p. 39).



Por fim, utilizamos ainda como fonte, mensagens de governo provincial e correspondências oficiais de governo. Lembramos que estamos tratando de correspondências do século XIX, quem tratava desses documentos, como nos aponta Maria José Ferreira Strogenski (2002), eram pessoas diferenciadas socialmente, entre outros motivos por serem alfabetizadas e, segundo ainda a mesma autora, manifestavam nessas correspondências suas opiniões, crenças, valores e ao escreverem esses textos buscavam atrair a atenção do leitor e seduzi-lo.

## Conhecendo a doença e seu itinerário

A cólera era uma doença já conhecida desde a Antiguidade. Originária do Oriente, já tinha grassado em determinados momentos, provocando pânico, medo e a morte de um grande contingente de pessoas, como foi o caso quando dizimou um número significativo de indivíduos na Atenas entre 427 e 430 a.C (Pires, 2008). Porém, foi no século XIX, que atingiu proporções gigantescas. Somente nesse século, tivemos cinco grandes surtos dessa enfermidade, que acabou percorrendo todos os continentes.

O mais virulento deles, o terceiro, atingiu o Brasil, entre 1841 e 1859, especialmente entre 1855 e 1856, e foi o que, proporcionalmente, mais provocou número de óbitos, segundo Richard John Evans (1995). De acordo ainda com Evans (1995), o primeiro e o segundo surto de cólera no século XIX atingira o Sudoeste Asiático e Costa Oriental da África, atravessara a Europa e norte do continente africano, tendo inclusive chegado à América do Norte. Notícias dessa doença já eram encontradas no Brasil, antes do surto ter daqui se aproximado. A cólera teria chegado ao Brasil em 1855, quando uma embarcação denominada “Deffensor” aportou em Belém no Pará, trazendo portugueses que vieram trabalhar em uma empresa de navegação. Dali, a doença se espalhou para o Amazonas (Diniz, 1997). A embarcação seguiu viagem, alcançando a Bahia, levando consigo a doença que se alastrou por Salvador e depois por todas as demais províncias do nordeste (David, 1996). Por ser uma doença que já atingia a Europa desde o início do século XIX, informações sobre ela chegavam ao Brasil, apontando medidas preventivas que deveriam ser tomadas para evitar a sua entrada ou mesmo como combater esse mal, caso a enfermidade aqui adentrasse, como pontua Jane Filipe Beltrão (1999). Notícias sobre a enfermidade já eram veiculadas na imprensa de diversas localidades. Segundo Sebastião Pimentel Franco; André Fraga Lopes e Luiz Felipe Sias Franco (Franco, Lopes & Franco, 2019) foi relatada a presença da cólera em outras províncias brasileiras, como o Pará e o Rio de Janeiro. O que de certa forma ia preparando a população local para uma possível chegada da epidemia. Pelo que nos informam os relatos da imprensa capixaba, conheciam-se os sintomas da doença e eram apontados medicamentos e terapêuticas na tentativa de cura, a depender da orientação do médico, se alopata ou homeopata.

Os alopatas indicavam escalda-pés, aplicação de clisteres, vesicatórios, aplicações de sanguessugas, sangrias. Já os homeopatas, indicavam tratamentos menos invasivos e mais próximos do saber popular como chás, ervas, sumo de limão. Por meio da fonte analisada, é possível verificar que, embora o governo local buscasse socorrer a população afligida



pela epidemia, a carência de profissionais da saúde, a inexistência de hospitais, a falta de medicamentos, entre outras situações, acabou levando a população a recorrer a medicações caseiras a base de ervas para tentar conter o avanço da doença (Franco, Lopes & Franco, 2019).

Não tendo como atender à necessidade total da população atingida pela epidemia, o governo do Espírito Santo acabava arranjando paliativos para minorar o grave problema posto, desviando médicos de um local para outro, conforme a localidade apresentava um maior agravamento da epidemia. Conforme verificamos na correspondência expedida pelo governo provincial, o médico Manoel Pinto da Motta, por exemplo, foi deslocado de Vitória para Itapemirim.<sup>2</sup> O acadêmico Francisco Gomes de Azambuja Meirelles foi deslocado de Vitória para a Serra, o médico Antonio Francisco Fernandes, foi removido de São Mateus para Vitória.<sup>3</sup> Outra situação dramática vivenciada era a falta ou mesmo inexistência de medicamentos para atender à demanda, em razão do acirramento da epidemia. Assim, não foram incomuns os pedidos de remédios aos quais o governo provincial buscava, na medida do possível, atender. Encontramos na documentação pesquisada pedidos de medicamentos, como o feito pelo inspetor de quarteirão da Barra do Jucu, uma vez que os medicamentos que para ali foram disponibilizados tinham se esgotado. Pedido igual o fez o delegado de polícia de Itapoca, que em razão do estado deplorável em que se encontrava a localidade não tinha como socorrer aos moradores.<sup>4</sup>

Além de medicamentos, não foi incomum a ocorrência de pedidos de alimentos para socorrer a população que ficava impedida de trabalhar em razão da epidemia. Tanto assim, que as Comissões Sanitárias acabavam sendo responsáveis pela repartição de recursos pecuniários e alimentos à população, como foi realizado na localidade de Itapemirim, onde foram distribuídos “farinha, carne seca, arroz e [...] dez mil réis entre os indivíduos pobres e desvalidos”.<sup>5</sup>

Embora a cólera fosse conhecida desde a Antiguidade, não se conhecia exatamente o que causava essa doença, nem qual o antídoto para a sua cura. Somente em 1884 que se descobriu o bacilo da cólera, graças ao médico Robert Kock. Embora não se conhecesse a causa da doença, seus sintomas, no entanto, já eram conhecidos. Segundo Franco, a doença era marcada pela “sensação de mal-estar indefinido, que evoluía para um abatimento e prostração, seguida de falta de apetite, dores no ventre”. Na sequência, sentia-se “um frio intenso, às vezes acompanhado de febre”. Quando a pulsação ficava lenta, o doente sofria “uma asfixia e uma sede insaciável e a pele adquiria um tom azulado” (Franco, 2015, p. 38-39). Como não se sabia exatamente o que provocava a doença, a teoria mais aceita para o seu aparecimento e de outras enfermidades seriam os miasmas e o ar pútrido originados da decomposição orgânica produzida pelos entulhos e o lixo que se espalhava pelas “ruas, valas, esgotos, matadouros, chiqueiros de porcos, peixarias, curtumes e igrejas, onde se enterravam os mortos” (Franco, 2015, p. 38).

<sup>2</sup> Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. (14 jan. 1856). Fundo de Saúde (doravante APEES-FS). Correspondência do governo provincial.

<sup>3</sup> APEES-FS. (7 jan. 1856). Correspondência do governo provincial.

<sup>4</sup> APEES-FS. (14 jan. 1856). Correspondência do governo provincial.

<sup>5</sup> APEES-FS. (30 nov. 1855). Correspondência do governo provincial.



## A doença percorre a província e as providências tomadas pelo governo provincial

Não sabemos ao certo de que forma a epidemia de cólera teria chegado à Província do Espírito Santo. Provavelmente teria ocorrido por via marítima, por meio de alguma embarcação proveniente do Rio de Janeiro. Encontramos alusão à presença da cólera em Barra de São Mateus, no mês de outubro de 1855, onde aportou uma lancha proveniente do Rio de Janeiro, com dois marinheiros infectados, sendo que um deles acabou indo a óbito (Franco, 2015). Para outros historiadores, como Maria Stella de Novaes (1968) e José Teixeira de Oliveira (2008), a moléstia teria chegado ao Espírito Santo, por meio do estafeta Leocádio, quando este veio de Campos, na Província do Rio de Janeiro, para Vitória, em novembro de 1855, onde faleceu três dias após apresentar sintomas da doença.

Rapidamente a enfermidade se espalha pela província do Espírito Santo. Primeiro chega às áreas ribeirinhas, quer por via fluvial ou marítima, depois alcança as regiões mais interioranas, certamente levada por indivíduos em execução de atividades comerciais. Nenhuma região ficou incólume à enfermidade que, por onde passava, deixava o rastro de medo e pânico, além de ceifar um enorme contingente de pessoas. De novembro de 1855 em diante, a epidemia se espalhou pela província de norte a sul. Em Guarapari, a epidemia chegou em dezembro<sup>6</sup>, mas foi em fevereiro que a situação epidêmica passou a ser considerada deplorável pelo acadêmico que socorria os doentes. Segundo ele, faltava medicamentos para atender a todos os enfermos.<sup>7</sup> Em dezembro, a cólera chegou a Benevente (atual Anchieta), “e em geral de caráter rebelde, regulando diariamente de três a quatro o número de doentes caídos”.<sup>8</sup> Nesse mesmo mês, tem-se notícias da epidemia ter chegado a Piúma.

No Sul da província a epidemia também chegou de forma avassaladora: em Itabapoana, fez 11 mortos, na vila principal de Itapemirim, teriam morrido 11 pessoas, entretanto foi na área rural dessa região onde morreu a maioria das pessoas. Somente na fazenda do vice-presidente provincial, o Barão de Itapemirim, faleceram 28 escravizados. Segundo um médico que atuou nessa região, a situação era catastrófica, não tendo ele condições de deter a epidemia “porquanto, desde o dia 12 e 13 [dezembro], seus habitantes lutam com um terrível inimigo da vida, que já algumas vidas tem ceifado”.<sup>9</sup> Em correspondência enviada ao governo provincial, o médico que passou a atuar no Sul da província informou a situação terrível vivida em virtude da chegada da epidemia

*O estado da Villa de Itapemirim no dia 10 de dezembro em que lá cheguei, era o mais desgraçado! Os cadáveres jaziam por muitas horas insepultos, a epidemia lavrava com grande intensidade em toda a Vila. Havia uma enfermaria, que recebia os enfermos, porem sua má localidade, e o acanhamento da casa, obrigou-me a officiar a V. Ex. de pronto o seu sobrado na praça, e por essa ocasião enviou mais dinheiro,*

<sup>6</sup> APEES-FS. (02 jan. 1856). Correspondência do governo provincial.

<sup>7</sup> APEES-FS. (01 fev. 1856). Correspondência do governo provincial.

<sup>8</sup> APEES-FS. (25 dezembro. 1855). Correspondência do governo provincial.

<sup>9</sup> APEES-FS. (26 dez. 1855). Correspondência do governo provincial.



*medicamentos e colchas. No sobrado de V. Ex, foi criada a enfermaria, com que concordarão os diretores da outra, que não atingiu os fins desejados, concluindo eu daí, se estamos de acordo a aceitar os auxílios do governo, tanto mais que estabelecida esta nova enfermaria no sobrado de V. Ex., não havia necessidade de outra.<sup>10</sup>*

Na Capital da província, talvez por ser a região mais populosa, aonde o vazio demográfico era menor, a epidemia chegou com força total e se alastrou rapidamente, fazendo inúmeras vítimas fatais. O Padre Antunes Siqueira, que viveu nessa época, deixou o seguinte registro:

*Em 1856 passou a província por uma dura prova! O cólera-morbo, hospede asiático, emigrou para o nosso país, sem previa desinfecção. Sucumbiu após três dias, aquele estafeta na rua da Lapa [atual Thieres Veloso] e desde então disseminou-se o mal de um modo assustador! Era tão grande o número dos doentes que não o podiam contar o hospital da Santa Casa, as enfermarias da Capixaba, do Carmo e São Francisco! Consternado, abatido, o povo tocava o auge da desesperação! As famílias aterradas fugiam para o interior e outras mais resolutas buscavam os templos e juncavam junto aos altares! Ao passarem 8, 12, 16 e até 25 cadáveres carregados pela galés, as famílias gritavam das janelas: – Misericórdia, meu Deus, socorrei o vosso povo!!!*

*Valas externas se abriam junto ao convento, naquela encosta onde se achavam os cemitérios de São Benedito, Sacramento e outros, e ali se amontoavam as vítimas desse mal terrível.<sup>11</sup>*

O Norte da província também não passou incólume à epidemia de cólera. Em região próxima à capital, no sentido norte, a epidemia grassou em Jacaraípe onde, segundo o Delegado local, os moradores estavam “sendo dizimados cruelmente pelo flagelo”.<sup>12</sup> Em Nova Almeida, seu efeito era devastador e “os índios estavam morrendo às dezenas”.<sup>13</sup> Na Serra, a cólera chegou de forma arrasadora, conforme noticia o *Correio da Victória*:

*Estamos a braços com a epidemia. A primeira vítima foi uma escrava de uma pobre viúva, a qual apenas durou 24 horas [após contrair a cólera]; se continuar assim, teremos aqui grande mortandade, não só pela muita pobreza que há, como por absoluta falta de recursos. Não temos médico, nem medicamentos, nem enfermaria, e nem se quer um curioso que tratem os que forem atacados [...] O terror é grande,*

<sup>10</sup> APEES-FS. (18 jan. 1856.). Correspondência do governo provincial.

<sup>11</sup> SIQUEIRA, F. A. (1999). *Memórias do passado: a Vitória de meio século*. Vitória: Flor&Cultura. Francisco Antunes Siqueira, padre secular de diversas freguesias no Espírito Santo, viveu a passagem da epidemia de cólera entre 1855 e 1856, que assolou a província do Espírito Santo. Na ocasião, escreveu no único jornal existente na capital da província, o “Correio da Victória”, 26 artigos discorrendo, dentre outros temas, sobre o medo e o pânico que tomou de assalto a população afligida por tão terrível epidemia. Em 1999, o historiador capixaba Fernando Achiamé redescobriu esses textos, transformando-os em formato de livro com o seguinte título: ACHIAMÉ, F. (1999). *Memórias do passado: a Vitória através de meio século*. Edição de texto, estudo e notas de Fernando Achiamé. Vitória/ES: Flor&Cultura.

<sup>12</sup> Biblioteca Nacional/Rio de Janeiro, Hemeroteca Nacional (doravante BN/RJ-HD). (16 de fevereiro de 1856). *Correio da Victória*, ES. <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=218235&pesq=&pagfis=1444>

<sup>13</sup> BN/RJ-HD. *Correio da Victória*, ES, (16 de abril de 1856). <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=218235&pesq=&pagfis=1506>



*e o desânimo quase geral, pois todos conhecem que se a epidemia se estender pelas fazendas, a vila da Serra, fica aniquilada para sempre.*<sup>14</sup>

Em Santa Cruz, o subdelegado informava que a cólera “invadiu esta vila preocupando com caráter assustador”.<sup>15</sup> Em São Mateus, segundo o delegado local, a epidemia chegou com força apresentando “caracteres bem espantosos e segundo consta, fazendeiros que aqui habitam, tem ido para a Cidade com suas famílias em busca de socorros médicos”<sup>16</sup>.

Conhecedor da tragédia que era a passagem da cólera por outras províncias, o governo provincial tomou algumas medidas no sentido de, se não evitar a chegada da epidemia, pelo menos minorar a tragédia que se anunciava, empregando a formação de comissões sanitárias e solicitações ao governo imperial pelo envio de médicos e medicamentos. Em razão da inexistência de orçamento para este tipo de despesa, o governo provincial abriu crédito de três contos de réis, que seriam distribuídos para a Capital e as regiões mais populosas da província. Temendo a proporção que a epidemia podia tomar, o presidente da província recorreu ao governo central pedindo medicamento e médicos, tendo sido disponibilizados quatro deles, além de dois acadêmicos e medicamentos.<sup>17</sup>

Não havia como impedir a chegada da cólera à província. Assim que se tomou conhecimento da sua presença, médicos foram contratados, medicamentos foram disponibilizados e enviados, em socorro aos atingidos pela epidemia. Enfermarias foram estabelecidas onde o surto epidêmico se apresentava mais grave. Diante da falta de hospitais, uma vez que, na Província do Espírito Santo só possuía um único hospital, locais eram improvisados para receberem enfermos. Este foi o caso da Câmara Municipal de Nova Almeida: no salão onde eram realizadas as sessões dos vereadores foi instalada uma enfermaria para atender aos doentes que apresentavam sinais de maior gravidade e que por isso não podiam ser tratados em casa. Cabe registrar, inclusive, que muitas dessas enfermarias foram criadas a partir de doações de particulares, cujos recursos auferidos permitiram que se contratasse médicos, alugasse espaços físicos, comprasse medicamentos e ainda comprasse alimentos para a população mais pobre.

O atendimento aos doentes não contou unicamente com os préstimos dos alopatas e dos homeopatas. Curandeiros e as prescrições populares foram enormemente utilizadas no sentido da busca da cura. Neste sentido, chás, ervas e orações fizeram parte do universo da tentativa da melhora dos afligidos pela cólera. A falta de médicos em quantidade para atender às demandas necessárias acabava fazendo com que esses fossem contratados e encaminhados

<sup>14</sup> BN/RJ-HD. Correio da Victoria, ES. (30 de janeiro de 1856). <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=218235&pesq=%22teremos%20aqui%20grande%20mortandade%22&pagfis=1428>

<sup>15</sup> Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo Governadoria doravante APEES-FG): série 383, Livro 202. Ofícios recebidos pelo presidente da Província do Espírito Santo, do Chefe de Polícia datado de 16 jan. 1856.

<sup>16</sup> Idem, série 383, Livro 202. Ofícios recebidos pelo presidente da Província do Espírito Santo, do Chefe de Polícia datado de 26 abr. 1856.

<sup>17</sup> APEES. Relatório apresentado pelo presidente da província José Maurício Fernandes Pereira de Barros na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 24 de maio de 1856. Victória: Typographia Capitaniense de P.A de Azeredo, 1856. B.

aos locais onde os focos da doença se faziam mais fortes. Dessa forma, esses médicos viviam se locomovendo de uma região para outra, sempre que se fazia necessário.

## O medo, o pânico e as mortes

Yu-Fi Tuan (2005), em “Paisagens do Medo”, destaca que o ser humano possui a percepção que a noite segue o dia e o inverno o verão, mas apesar de compreender esses ritmos da natureza, comumente as alternâncias da doença e da saúde, assim como a ideia da morte como o fim inevitável da existência não são tão facilmente assimiladas. Sendo a enfermidade, um aspecto que obriga os entes a dirigirem as suas atenções para a hostilidade do mundo. Segundo o autor, “sinais de vida abundam ao nosso redor, mas também, se olharmos atentamente, veremos sinais de deterioração e doença: folhas mofando e troncos de árvore apodrecendo; animais feridos, doentes e morrendo” (Tuan, 2005, p. 139).

Apesar da reflexão de que os seres humanos são parte da natureza e, portanto, passíveis de serem acometidos pelas enfermidades e pela finitude, não é infrequente que as pessoas não aceitem a doença e a morte como algo perfeitamente natural. Com isso, a chegada e o alastramento de uma epidemia provocam diferentes medos e pavores, e por consequência, transformações sociais e culturais que nos permitem analisar algumas das características e modos de agir de uma determinada população.

Marcus Baptista e Francisco de Assis Nascimento (2018) também abordam essas questões ao destacar que o receio da morte no imaginário humano provoca diferentes formas de encarar a realidade, determinando diversas ações e reações, que podem até mesmo extrapolar a relevância concreta das situações. Segundo os autores, na história, os oceanos foram vetores tanto da disseminação de novas tecnologias e conhecimentos, como também de fragilidades e incertezas, pois junto com novidades também chegavam as adversidades (Baptista & Nascimento, 2018). Exemplo disso, pode ser visto na edição do *Correio da Victoria*, no ano inicial da sua circulação, em 1849, na qual se percebe que já havia a preocupação com a chegada da cólera nos portos da capital capixaba, a cidade de Vitória:

*Ao provedor da saúde do porto desta cidade participando que tendo outra vez aparecido em Inglaterra a cólera morbo e tendo acontecido alguns casos fatais no porto de Liverpool, em Newport, Manchester, Woolwich, Plymouth e Guernsey e vendo-se dos ofícios dirigidos pelo cônsul-geral brasileiro em Liverpool, segundo consta do aviso do Ministério do Império de 19 do mês findo, que terão de vir sem carta de saúde dos navios que de tais portos se dirigirem a este império, convém e se recomenda a pontual execução do regulamento da inspeção de saúde, sobretudo por ocasião de entrarem procedentes dos indicados portos, afim de evitar-se a introdução daquela epidemia nessa província<sup>18</sup>.*

<sup>18</sup> BN/RJ-HD. Correio da Victoria, ES. (13 de outubro de 1849). <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=218235&pesq=&pagfis=313>

Podemos observar a questão do medo, por exemplo, também nesta nota publicada no *Correio da Victoria*, na qual o periódico relata o temor causado pela repercussão da doença em outros locais:

*Pelo Mucury, no dia 11, tivemos jornais da corte até 09 do corrente. Aquela parte do Império bem como todas as províncias permanecem em paz. A Província do Pará continuava a sofrer os terríveis efeitos do cólera. O sr. Angelo Custódio Correa, presidente daquela província tinha sucumbido, vítima da epidemia. Em todas as Províncias tomavam-se as maiores medidas para que não fossem assaltadas deste flagelo. Na corte, tendo aparecido alguns casos de uma moléstia que parecia o cólera morbo, a população ficou aterrada e tomou-se de um medo tal qual já parecia estar a capital do Império lutando com esta terrível epidemia, quando realmente nenhum motivo existe para tanto temor. Não obstante o Governo tem tomado as mais acertadas providências para obstar o mal e sossegar a população. Neste tão justo empenho o Governo tem sido auxiliado por todos os médicos da corte, principalmente pelo Sr. Doutor Paulo Candido e mais membros da comissão sanitária central, que foi criada para tomar medidas tendentes a obstar a epidemia. Estamos convencidos que ainda desta vez a corte não sofrerá os horrores do cólera morbo.<sup>19</sup>*

Porém, mesmo com as preocupações e solicitações de medidas preventivas, assim como outras epidemias, a cólera chegou ao Brasil de forma avassaladora, provocando pânico e mortes. Embora se soubesse da passagem da doença por outras localidades e os estragos que esta provocava, a preparação para a sua chegada nunca era suficiente e a sua intensidade, muitas das vezes, tomava proporções inimagináveis. A contaminação frequentemente fugia ao controle, provocando um número assustador de falecimentos.

No Espírito Santo, a situação não foi diferente. A doença se espalhou por toda a província, como um rastro de pólvora, matando um número muito grande de pessoas, assustando, portanto, os habitantes que temiam serem a próxima vítima. O medo era tanto, que o morto se torna indesejável, o que acabaria provocando mudanças de comportamento da população em relação aos rituais fúnebres. Todos queriam se afastar do contaminado pela cólera.

De acordo com Tuan (2005), para as epidemias repentinas a cura era simplesmente desconhecida e sobre elas a população tinha pouco ou nenhum controle, provocando desconfortáveis sensações de vulnerabilidade. Assim, segundo o autor, “Quando uma epidemia mortal ataca, ambos são imediatamente suspeitos. Não apenas os cadáveres, mas os vivos vítimas da doença podem sujar a atmosfera” (Tuan, 2005, p. 48).

O medo e o pânico que tomou conta de todos fazia com que a população recorresse aos céus pedindo clemência a Deus para que os livrassem do terrível flagelo. Dessa forma, não foi incomum que a população, motivada sobretudo pelo discurso da Igreja, compreendesse a doença como resultado dos pecados humanos. Portanto, ela surgiria como um castigo divino e, para tanto, fazia-se necessário pedir perdão para que a vontade magnânima da graça divina

<sup>19</sup> BN/RJ-HD. Correio da Victoria, ES. (15 de agosto de 1855). <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=218235&Pesq=Mucury&pagfis=1257>

fosse concedida, livrando-os do terrível mal. Segundo Sebastião Pimentel Franco (2015, p. 110), era “preciso rezar missas e orações, fazer penitências, flagelação, procissões, o que foi seguido à risca” pela população local.

Jean Delumeau (2009), tratando dessa questão, afirma que as súplicas eram pedidas indistintamente pela população de uma dada localidade, não importando o estrato social a que pertencia. Todos deveriam participar de um ato litúrgico, orando, cantando, se arrependendo, gemendo, tais súplicas poderiam fazer com que Deus abrandasse a sua fúria, ouvindo suas lamentações e dessa forma afastasse o flagelo para longe. Segundo ainda Cláudia Rodrigues (1997, p. 46), para que as súplicas da população fossem ouvidas era “necessário o máximo de círios, luzes, lamentos dos flagelantes e de preces ininterruptas”.

Delumeau (2009, p. 146) diz ainda que as iniciativas individuais não seriam bastante, havendo necessidade que todos, indistintamente, tivessem que pedir perdão e clemência, pois só dessa forma coletiva seriam atendidos. Acreditava-se que “implorações e penitências públicas cuja unanimidade e o aspecto quantitativo, poderiam talvez impressionar o Altíssimo”. Dessa forma, inúmeras procissões eram realizadas, conforme aparece no *Correio da Victoria* pedindo a clemência de Deus pedindo a Providência divina que os livrassem de tão terrível mal.<sup>20</sup>

Sendo assim, na Província do Espírito Santo, para lidar com as novas situações proporcionadas pelas epidemias, a Religião Católica passou a dividir espaço de atuação e de poder com a Administração Provincial na assistência aos doentes e falecidos. Pode-se observar uma crescente transformação dos costumes religiosos e culturais, como os enterramentos na igreja e as solenidades. A análise das fontes mostrou que o tema era frequente nos jornais, que noticiavam os falecimentos e traziam a comoção provocada e também abordavam em suas edições os constantes relatos do medo que a cólera causava, assim como as mudanças empreendidas nas práticas cotidianas direcionadas aos finados.

Para João José Reis (1998) não há dúvidas da predominância das regras católicas no Brasil oitocentista, especialmente nas manifestações públicas dos funerais. A morte não era considerada apenas o fim do corpo, havia todo um sentimento direcionado ao falecido em sua ascensão a um novo mundo. Em torno da morte, seguindo Reis: “se realizavam ritos, criavam-se símbolos, movimentavam-se devoções e negócios” (Reis, 1998, p. 96). O autor ressalta a preocupação com uma boa morte, que pressupõe falecer tendo recebido todos os sacramentos e em paz com Deus. Acreditava-se na imortalidade da alma e na existência do purgatório, céu e inferno. Para escapar do julgamento das forças divinas recorria-se ao arrependimento e às missas e promessas aos santos. A primeira estratégia de salvação era o ato de organizar cuidadosamente a própria morte. O falecimento repentino era mal-visto, pois fazia sofrer a alma de quem partia e a consciência de quem ficava (Scolforo, 2011).

Segundo Reis (1998), a morte ideal era aquela anunciada, por um sinal ou até mesmo por forças do além. A organização dos funerais era direcionada oralmente ou por meio de testamentos. A hora da morte era o momento de reparação moral do indivíduo. Com isso, muitas vezes, reconheciam-se filhos, delegavam-se herdeiros e assumiam-se casos extraconjugais.

<sup>20</sup> BN/RJ-HD. Correio da Victoria, ES. (06 de outubro de 1855). <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=218235&pesq=%22teremos%20aqui%20grande%20mortandade%22&pagfis=1309>

De acordo com Reis (1998), essas características não podem ser consideradas regras e padrões fixos. É preciso pensar as variações regionais, sociais, econômicas, diferenças entre o rural e o urbano, entre outros fatores. Mas, pode-se dizer que essas eram atitudes costumeiras no Brasil católico do século XIX, no qual a província do Espírito Santo se inseria (Scolforo, 2011)

Nos textos do *Correio da Victoria* observam-se no período analisado algumas mudanças se delineando na capital, no que se refere à assistência aos mortos, modificações estas que seguiam o debate em âmbito nacional quanto aos locais de enterramento e aos cuidados impostos pela propagação das epidemias. Temos, portanto, que a medicina começa a adentrar nos espaços anteriormente dominados pela influência e ação da Igreja, promovendo transformações nos procedimentos junto aos doentes e na destinação dos falecidos, mudanças estas que mostram que a ascensão da figura médica e das políticas sanitárias tiveram efeitos e consequências para os capixabas. Observar essas discussões sobre as epidemias e os cuidados com os enfermos e mortos nos jornais objetiva verificar como a população provincial se preocupava com o avanço da doença e se mobilizava para contê-la, interferindo no dia a dia e nos modos de ser e de agir comuns à época.

Em uma epidemia são os próprios seres humanos a causa do medo constante. Com isso, as pessoas temiam os doentes tanto quanto os suspeitos de estarem enfermos (Tuan, 2005). Ao escrever suas memórias sobre a vida da província, o Padre Antunes Siqueira nos permite identificar a compreensão como a passagem dessa epidemia assombrou a população local:

*Em 1856 passou a província por dura provança! O cólera-morbo, hóspede asiático, emigrou para o nosso país, sem prévia desinfecção. [...] Era tão grande o número dos doentes que não o podiam contar o hospital da Santa Casa, as enfermarias da Capixaba, do Carmo e são Francisco! Consternado, abatido, o povo tocava o auge da desesperação! As famílias aterradas fugiam para o interior [...]. Ao passarem 8, 12, 16 e até 25 cadáveres [...] as famílias gritavam das janelas – Misericórdia, meu Deus, socorrei o vosso povo!!! Valas externas se abriam junto ao convento [...] e ali se amontoavam as vítimas desse mal terrível.<sup>21</sup>*

De acordo com Tuan (2005), um surto de cólera ameaçava toda a população. Com isso, o terror pelo contágio “podia perturbar tanto a razão que, para os que estavam bem de saúde, os doentes pareciam não somente as vítimas do mal, mas os causadores” (Tuan, 2005). A imprensa foi pródiga em apontar os inúmeros casos onde autoridades policiais, religiosas, médicas, passaram a negligenciar suas funções com medo da contaminação da doença. A população assustada e com medo se utilizava dos meios de comunicação para manifestar suas queixas frente a essa situação. Temos, por exemplo, esta nota do *Correio da Victoria*, na qual essa preocupação é externalizada pelo redator em outubro de 1855:

*Roga-se a S. Ex. o Senhor Ministro do Império, conhecedor das necessidades desta província, haja de lançar suas vistas sobre ela. Aí não se encontram os recursos médicos, nem preservativos para a pandemia, que já tem assaltado o município de Itapemirim. S. Ex. sabe que existe,*

<sup>21</sup> Siqueira, F. A. *Memórias do passado*, p. 112-113.

*além deste, dois outros, Benevente e Guarapari, onde infelizmente não se encontra ao menos um curandeiro. Julgamos conveniente que S.Ex. envie para esses lugares dois médicos e em falta desses, alguns alunos da faculdade de Medicina desta corte, para os quais há passagens grátis oferecidas pelo senhor João Fernandes de Mattos, negociante desta praça e morador da Rua do Rosário n.5.<sup>22</sup>*

Com isso, observamos o quanto as notícias da aproximação de uma epidemia a princípio provocavam curiosidade e, após, uma sensação de intranquilidade. Quando parecia inevitável, surgia uma crescente perspectiva de pânico (Tuan, 2005). Reportando-nos a essas questões, trazemos também notícia veiculada que aborda a questão das fugas e dos abandonos que a doença provocou:

*No estado melindroso em que se acha essa Villa, não podemos deixar passar em silêncio comportamento do cirurgião Lapa, nomeado pela presidência da província para membro da comissão de saúde deste município. Este cirurgião devendo ser o primeiro a arrumar e a não abandonar os habitantes da Villa na presente conjectura, pelo contrário dois dias depois de receber a respectiva nomeação retirou-se para a fazenda Muqui, onde se conserva há muitos dias, deixando o mesmo como delegado de polícia de prestar-se na presente quadra!!*

*Também é digno de censura o procedimento que tivera o subdelegado de Piúma Alexandrino Pires Martins, quando ali apareceu a epidemia reinante, pois nos consta que fora ele o primeiro que se refugiara para a Villa Nova de Benevente.*

*Escrevendo essas linhas é nosso fim fazer conhecer ao público de que quilate são os empregados de polícia desta ditosa comarca. Sua Ex. O Medroso.<sup>23</sup>*

Também os rituais funerários sofreram mudanças frente ao aparecimento da epidemia de cólera. O jornal *Correio da Victoria* foi pródigo em evidenciar situações vexatórias a que eram submetidas as vítimas fatais da doença. Os mortos, segundo noticiava o jornal, estariam sendo enterrados em covas rasas “feitas sem a profundidade necessária”, cobertos com um palmo de terra “sem que alguma alma christã, olhe para essa irregularidade”.<sup>24</sup>

Na edição do *Correio da Victoria* de 08 de março de 1858 encontra-se um texto sem identificação, mas assinado como “Alma do Finado”, no qual o autor discorre sobre as epidemias e o percurso responsável pela mudança nos locais dos enterramentos. Na abordagem, nota-se uma crítica quanto às condições gerais dos cemitérios. Assim destaca:

<sup>22</sup> BN/RJ-HD. Correio da Victoria, ES. (30 de outubro de 1855). <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=218235&Pesq=Mucury&pagfis=1336>

<sup>23</sup> BN/RJ-HD. Correio da Victoria, ES. (05 de dezembro de 1855). <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=218235&pesq=&pagfis=1375>

<sup>24</sup> BN/RJ-HD. Correio da Victoria, ES. (05 de janeiro de 1856). <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=218235&pesq=&pagfis=1405>

*Cemitério: dois anos são decorridos, depois que o terrível flagelo do cólera assolou esta cidade, o povo se amedrontou, as autoridades ficaram vacilantes mas para logo se encheram de coragem, e as mais eficazes providências foram dadas: proíbe-se o toque dos sinos, os enterros nos templos, e foi designado o cemitério da S. Casa para receber os mortos, este para logo fica quase cheio, e então um outro cemitério se estabelece no terrenos de S. Francisco, o qual ficou sendo público, e o governo da província querendo torná-lo digno do fim para que lhe é destinado, tem gasto nele até hoje alguns 14:000\$, em fazer obras, desfazer obras; e desfazendo obras que não são capazes de fazer outras iguais.<sup>25</sup>*

No desenrolar da escrita, afirma o articulista que os leitores deveriam estar se perguntando quanto ao interesse que deveriam ter sobre o tema. Respondia, posteriormente, a total relação dos indivíduos com o assunto debatido, pois os cemitérios eram locais sagrados nos quais estão parentes e amigos queridos e aonde certamente todos em algum momento se encontrarão. Diante desses fatos, afirmava que era preciso zelar pelo local. O que, segundo ele, não estava ocorrendo na capital da província, pois:

*O cemitério está servindo de pasto de cavalos! Oh sacrilégios, respeitai o lugar onde jazem tantos entes que vos foram caros, onde jazem vossos pais, filhos, e amigos, respeitai aquele lugar sagrado, porque se não respeitares aquele lugar, também não respeitais os templos. Em remate pedimos as autoridades a quem competir que proibam tanta profanação. Alma do finado.<sup>26</sup>*

Por meio dos trechos destacados, percebe-se, portanto, algumas das providências citadas como tomadas pelo poder público e o amedrontamento provocado pela cólera no decorrer das suas ocorrências. Refletir a morte e o morrer permite analisar aspectos sobre as atitudes dos vivos e a sociedade na qual estão inseridos. Pesquisar os falecimentos implica em adentrá-los nos aspectos históricos nos quais aconteceram, trazendo à cena características de uma determinada época. Isto porque, concordamos com Jean Ziegler (1997), quando afirma que falecer procede tanto da cultura quanto da natureza e a análise da forma como os seres humanos produziram e produzem uma constelação de imagens variadas da morte pode ser reveladora sobre o quanto ela molda, determina, estabelece limites, diferencia existências e confere sentido à vida.

A chegada da cólera provocou muitas mortes. Embora tenha ceifado pessoas de forma indistinta, não há como negar que as epidemias nada têm de democráticas, como bem pontua Cláudio Bertolli Filho (2003). Foram os mais pobres as maiores vítimas dessa doença. Em relação ao número de mortos pela epidemia no Espírito Santo, entre 1855 e 1856, Franco (2015), conseguiu levantar um total de 506 pessoas. Desses, 301 eram livres e 205 escravizados. Ao analisar a cor, constatou que 293 eram pardos e negros, 75 brancos e 25 descendentes dos

<sup>25</sup> BN/RJ-HD. Correio da Victoria, ES. (08 de março de 1858). <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=218235&Pesq=Mucury&pagfis=2166>

<sup>26</sup> BN/RJ-HD. Correio da Victoria, ES. (08 de março de 1858). <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=218235&Pesq=Mucury&pagfis=2166>



povos originais do país. Escravizados, negros e pardos livres e os descendentes dos povos naturais pertenciam aos estratos mais baixos economicamente da sociedade brasileira à época.

Esses indivíduos habitavam nos locais mais baixos e mal arejados, insalubres, espaços exíguos com grande concentração de pessoas, não tendo condições de seguir os preceitos higiênicos, se alimentavam mal, com uma dieta pobre em quantidade e em proteínas, se dedicavam a trabalhos mais árduos, os maus tratos a que eram expostos sobretudo os escravizados, o que na concepção de Mary Karasch (2000, p. 207) “criavam indiretamente condições nas quais uma moléstia contagiosa espalhava-se rapidamente”. Stuart Schwartz (1988) acrescenta uma outra questão importante que era a ausência de assistência médica para esses indivíduos. Toda a problemática da falta de recursos para deter a epidemia e de como era quase impossível evitar-se o grandioso número de mortes está bem explicitado na notícia veicula pelo *Correio da Victoria*:

*Estamos a braços com a epidemia [...] se continuar assim, teremos aqui grande mortandade, não só pela muita pobreza que há, como pela absoluta falta de recursos. Não temos médico, nem medicamentos, nem enfermaria, e nem se quer um curioso que tratem os que foram atacados[...]. O terror é grande, e o desânimo quase geral, pois todos conhecem que se a epidemia se estender pelas fazendas, a villa da serra, fica aniquilada para sempre.<sup>27</sup>*

No trecho anterior observamos a expressão “desânimo geral” para qualificar a sensação de onipotência provocada pela ocorrência da cólera. No texto seguinte, também observamos a preocupação com as medidas consideradas precárias pelo autor da publicação:

*Duas palavras ao provedor de saúde: as medidas sanitárias são executadas de tal forma nesta cidade que causam riso! A três dias chegou O Espadarte do Rio de Janeiro, onde reina a epidemia, porém esteve sempre em comunicação com pessoas da terra, como fossem o capitão da fortaleza, o patrão mor da Barra, marinheiros da lancha. Que boa forma de se fazer quarentena. Se o senhor Doutor Paulo Cândido soubesse disso, de certo modo que vinha ou mandava alguém estudar aqui este novo método. Ainda mais o Espadarte teve dois marinheiros doentes da epidemia. O capitão declarou isso ao chamado provedor de saúde e este apenas contentou-se em relatar o fato a algumas pessoas, consentido que o Espadarte atravessasse a alfândega, descarregasse, como se nada houvesse! Quando no Rio de Janeiro e na Bahia empregam-se todos os meios e cautelas para prevenir e melhorar o mal, aqui nada se faz, dorme-se o sono da indiferença. E o pouco que se faz é tão mal feito, tão mal dirigido, que nem um benefício pode fazer. Limpa-se a cidade, o lixo vai para o mar, donde em poucas horas vem outra vez para terra. Com isso, tudo mais faz-se à toa, sem método e direção.<sup>28</sup>*

<sup>27</sup> BN/RJ-HD. Correio da Victoria, ES. (30 de janeiro de 1856). <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=218235&pesq=&pagfis=1428>

<sup>28</sup> BN/RJ-HD. Correio da Victoria, ES. (29 de setembro de 1855). <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=218235&pesq=&pagfis=1304>

O relato acima é assinado pelo pseudônimo “O Observador!” e traz uma série de elementos para a reflexão proposta, como a crítica à ineficiência das ações realizadas, a crescente preocupação com o alastramento da epidemia, o modo como ela era percebida, sendo chamada de “mal” e a falta de uma perspectiva de ação mais efetiva do poder público. A investigação nos jornais mostra a preocupação constante com a doença, assim como quanto à forma como ela foi conduzida.

## Conclusão

A epidemia de cólera que chegou ao Brasil, entre 1855 e 1856, alastrou-se de Norte a Sul, deixando mais de 200 mil mortos. A província do Espírito Santo não passou incólume a essa epidemia e ensejou a construção de múltiplas representações. Evidenciou ainda impactos determinantes indicando as escolhas e respostas dos grupos sociais por ela atingidos, que provocaram mudanças na estrutura do pensamento, de crenças e mesmo de valores, além dos impactos econômicos, sobretudo em razão do número de mortos e da carestia que tomou conta das relações econômicas. Ensejou reações tanto da população atingida pelo surto epidêmico, quanto da Igreja e dos profissionais da saúde (medicina douta e popular).

Na análise das notícias em Vitória, referentes à incidência e propagação da cólera, apreende-se que os funerais estavam sob controle da Igreja católica, mas os cemitérios paulatinamente foram transferidos para o poder público, sob a influência das constantes preocupações com a chegada e alastramento da epidemia. O enterro dentro dos templos na capital da Província foi permitido até o ano de 1856, quando foi transferido aos cemitérios devido a questões sanitárias. Assim relatam Mário Aristides Freire e Affonso Schwab em “A Irmandade e a Santa Casa de Misericórdia”: “Mediante a subscrição entre alguns irmãos, foi aumentando o número de jazigos no recinto do cemitério do hospital, necessários à vista da proibição de enterramentos no recinto dos templos” (Freire & Schwab, 1979, p. 92).

No artigo “Cuidar mais da saúde dos vivos do que do descanso dos mortos: a Santa Casa de Misericórdia no trato da morte em Vitória, Espírito Santo, na segunda metade do século XIX”, de Júlia Freire Perini e Marcelo Durão Rodrigues da Cunha, é feita uma reflexão que nos auxiliou a pensar nosso objeto, sobre como ocorreu a atuação da irmandade da Santa Casa de Misericórdia no processo de modificação do entendimento da morte e do morrer na cidade de Vitória-ES. Segundo os autores, a Santa Casa pode ser considerada, sobretudo como uma espécie de gestora dos hábitos funerários, que contribuiu para a conciliação entre a tradição e a modernização do entendimento do morrer no Brasil da segunda metade do oitocentos. adentrando os primeiros anos da República. No caso do Espírito Santo, conforme argumentam, é importante demarcar que médicos com ideias higienistas eram membros da instituição já no século XIX e defendiam alterações na condução dos ritos fúnebres, ao defenderem, por exemplo, a transferência dos cemitérios da capital para uma região afastada do centro populoso. “Nesse sentido, esses profissionais podem ser apontados como um ponto de tensão entre os antigos hábitos funerários e as modernas maneiras de se experimentar o morrer, segundo os ditames caros à modernidade” (Perini & Cunha, 2019, p. 401).



Têm-se, portanto, dois poderes distintos agindo na regulação da morte. Os ritos, as dores, as lágrimas e tristezas permaneceram sob a tutela e proteção da igreja, atuante diante da sensibilidade humana, exercendo sua mediação nas dúvidas, incertezas e buscas de explicações diante da finitude. Em outra vertente, tem-se a expansão do poder do Estado, por meio do suporte da medicina e da higiene. Poder que foi modificando a relação humana em relação à morte, possível pelo controle de ações que antes eram exclusivas do mundo espiritual, dentre elas o local dos enterros e o badalar dos sinos. A medicina, nesse contexto, passou a ser solicitada mais insistentemente. Segundo Jurandir Costa, foi pretextando salvar os indivíduos do caos em que se encontravam que a higiene se insinuou na intimidade de suas vidas. Com isso, a medicina tinha o Estado como aliado na sustentação da política de saúde (Costa, 1989).

Observa-se, desta forma, que: “por meio destas noções e ações a medicina apossou-se do espaço urbano e imprimiu-lhe as marcas de seu poder” (Costa, 1989, p. 30). Tal questão foi percebida na política da cidade de Vitória, pois seguindo os ideais médicos verificamos que ocorreu a modificação de um costume da população local: a transferência dos enterramentos das igrejas para os cemitérios. Sendo assim, percebe-se o surgimento de atitudes diferentes das que eram mantidas com relação à morte e aos cemitérios, ao modo, enfim, como o ser humano organizava a despedida dos seus entes. Encontrar estas discussões nos jornais demonstra que o Espírito Santo estava inserido no debate e se preocupava com o avanço das doenças, modificando costumes e transformando suas práticas.

Destacamos ainda, nos periódicos, o quanto foi uma constante as demonstrações do medo e da angústia que a cólera provocava. As páginas dos jornais mostraram-se como espaços nos quais a população, muitas vezes de modo anônimo – possivelmente para evitar retaliações do poder público – demonstrava a crescente preocupação e pavor diante da enfermidade e do morrer. A cólera traz à cena diferentes sensações que pudemos verificar publicadas nas fontes analisadas e também o quanto ela foi responsável por mudanças nas atitudes da população capixaba frente à vida e à morte.

## Referências Bibliográficas

Baptista, M. P., & Nascimento, F. de A. O Inimigo vem do mar. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, 7 (2), 12-28, 30 ago. 2018.

Barbosa, M. *História cultural da Imprensa*. (2007). Rio de Janeiro: MauadX.

Beltrão, J. F. (1999). *Cólera, o flagelo da Belém do Grão Pará*. [Tese de Doutorado em História – Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP].

Bertolli Filho, C. (2003). *A gripe espanhola em São Paulo: 1918*. São Paulo: Paz e Terra.

Botelho, T. R. (2021 dez, 2022 jan). A população brasileira em 1850: estimativa. *Economia e Políticas Públicas*, 7 (2), 135-165.

Capelato, M. H. R. *Imprensa e história do Brasil*. (1988). São Paulo: Contexto.



- Costa, J. F. (1989). *Ordem médica e norma familiar*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal.
- Daves, N. Z. (1997). *Nas margens: três mulheres do século XVII*. São Paulo: Companhia das Letras.
- David, O. R. (1996). *O inimigo invisível: epidemia na Bahia no século XIX*. Salvador: Editora da UFBA.
- Delumeau, J. (2009). *História do medo no Ocidente (1300-1800): uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras.
- De Luca, T. R. (2006). História dos, nos e por meio dos periódicos. In C. B. Pinsky (org.). *Fontes Históricas* (pp. 111-153). São Paulo: Contexto.
- Diniz, A. S. (1997). *Cólera: representações de uma angústia coletiva. A doença e o imaginário social no Brasil do século XIX*. Tese [Doutorado em História – Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP].
- Evans, R. J. (1995). Epidemics and revolutions: cholera in nineteenth century Europe. In T. O. Ranger, P. Slack. *Epidemics and ideas: essays on the territorial perception of pestilence* (pp. 149-173). Cambridge: Cambridge University Press.
- Franco, S. P. (2015). *O terrível mal do Oriente: o cólera na Província do Espírito Santo (1855-1856)*. Vitória/ES: Edufes.
- Franco, S. P., Lopes, A. F., & Franco, L. F. S. (2019). Flagelos da justiça de Deus: a febre amarela e o cólera no Espírito Santo. In S. P. Franco, T. S. Pimenta, A. Mota. *No rastro das províncias: as epidemias no Brasil oitocentista* (pp. 115-146). Vitória/ES: Edufes.
- Freire, M. A., & Schawab, A. (1979). *A Irmandade e a Santa Casa de Misericórdia*. Vitória: Arquivo Público Estadual.
- Karasch, M. (2000). *A vida dos escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Machado, H. F. (2006). Imprensa e identidade do ex-escravo no contexto do pós-abolição. In L. B. P. das Neves, M. Morel, T. Bessone. *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder* (pp. 142-152). Rio de Janeiro: DP&A/Faperj.
- Novaes, M. S. de. (1968). *História do Espírito Santo*. Vitória/ES: Fundo Editorial.
- Oliveira, J. T. de. (2008). *História do Espírito Santo*. 3. ed. Vitória/Es: Arquivo Público Estadual do Espírito Santo, Secretaria de Estado da Cultura.
- Pesavento, S. J. (2000). Fronteiras da ficção: diálogos da história com a literatura. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, 21, 33-57.
- Perini, J. F., & Cunha, M. D. R. da. (2020). Cuidar mais da saúde dos vivos do que do descanso dos mortos: a Santa Casa da Misericórdia no trato da morte em Vitória-Espírito Santo, na segunda metade do século XIX. *Revista M. Estudos sobre a morte, os mortos e o morrer*, [S. l.], 4 (8), 397-418. doi: [10.9789/2525-3050.2019.v4i8.397-418](https://doi.org/10.9789/2525-3050.2019.v4i8.397-418). <https://seer.unirio.br/revistam/article/view/9344>

Piccoli, M. de. (2009). *A Ideias de liberdade na cena política capixaba: o movimento abolicionista em vitória (1869-1888)*. Dissertação [Mestrado em História – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória/ES].

Pires, F. M. (2008). Peste de Atenas, mithistória em miniatura: o Daímon e a heroicidade do historiador. *Letras Clássicas*, (12), 99-116.

Reis, J. J. (1997 – 1998). O cotidiano da morte no Brasil oitocentista. In F. A. Novais (Org.). *História da vida privada no Brasil* (pp. 96-141, 2v). São Paulo: Companhia das Letras.

Rodrigues, C. (1997). *Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Scarano, J. (2002). *Cotidiano e solidariedade: vida diária da gente de cor nas Minas Gerais, século XVIII*. São Paulo: Brasiliense.

Schwartz, S. B. (1988). *Segredo internos; engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835)*. São Paulo: Companhia das Letras.

Scolforo, J. M. (2011). *O último grão de areia na ampulheta da vida: poder, política e falecimentos nos periódicos "Correio da Victoria", "Jornal da Victoria" e "O Espírito - Santense"*. Dissertação [Mestrado em História – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória].

Strogenski, M. J. F. (2002). Correspondência oficial e literatura. *Revista de Letras da Universidade Tecnológica Federal do Paraná*, (5), 1-7. <https://periodicos.utfpr.edu.br/rl/article/view/2303/1443>

Tuan, Y-F. (2005). *Paisagens do medo*. São Paulo: Unesp.

Ziegler, J. (1997). *Os vivos e a morte: uma "sociologia da morte" no Ocidente e na diáspora africana no Brasil e seus mecanismos culturais*. Rio de Janeiro: Zahar.

*Recebido em: 25 de julho de 2023*

*Aprovado em: 10 de novembro de 2023*

